Politics of death: the accurate target without commotion

Lídia Michelle
Damaceno Azevedo¹

Zilda Martins
Barbosa²

Política de morte: A mira certa sem comoção

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCOM-ECO/UFRJ). Contato: lidiamichelle@gmail.com

² Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ, estágio pós-doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS. Bolsista Capes 2019. Contato: zildamarti@yahoo.com.br

Resumo:

A violência no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, escapa aos conceitos e mesmo à etimologia antiga da palavra e atinge sobretudo os negros, maioria nas favelas e subúrbio da cidade, locais que são lembrados como cenário da política de extermínio do Estado, fenômeno que põe em xeque a atuação da mídia tradicional e impõe o questionamento acerca da não mobilização da sociedade civil pelo fim do extermínio da população negra. Neste artigo será abordado a subjugação da vida à morte e o que chamamos de semiótica aplicada do racismo. Serão apresentados três pontos: a prática de execução institucionalizada; os aspectos conceituais da “Razão Negra” e da “Necropolítica”, trabalhados por Achille Mbembe; e o crescimento do racismo de Estado e a combinação com a mídia e o mercado.

128

Palavras-chave: Necropolítica; Razão Negra; mídia.

Abstract:

Violence in Brazil, especially in Rio de Janeiro, escapes the concepts and even the old etymology of the word and affects mainly blacks, mostly in the city's slums and suburbs, places that are remembered as a scenario of the state's extermination policy, a phenomenon that calls into question the performance of traditional media and imposes the question about the non-mobilization of civil society by the end of the extermination of the black population. This article will address the subjugation of life to death and what we call the applied semiotics of racism. Three points will be presented: the practice of institutionalized execution; the conceptual aspects of “Black Reason” and “Necropolitics”, worked by Achille Mbembe; and the growth of state racism and the combination with the media and the market.

Keywords: Necropolitics; Black reason; Media.

Introdução

A violência no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, escapa aos conceitos e mesmo à etimologia antiga da palavra, *vis* - força, guerra; *potesta* – poder, domínio. Esse distanciamento teórico, segundo Michel Misse (2016), é uma solução pragmática à pesquisa empírica, cuja vantagem é não encerrar o tema em um determinado significado, embora reconheça a importância e necessidade de se conceituar teoricamente a questão para dar conta de suas complexidades. O autor apresenta a “acumulação social da violência” que, além de não fugir da representação social,

“comparece em seu triplo sentido de práticas representadas e acusadas como de violência interpessoal, de violência estatal e de coercitividade da estrutura social [...]” (2016, p. 60). Misse refere-se a um complexo processo social, cujo armazenamento cíclico de padrões gera acumulação de vantagens para determinados grupos sociais, desvantagens para outros e legitimação em importantes segmentos da sociedade, o que finda por construir uma cultura da violência ou “a banalização do mal”, para empregar expressão de Hannah Arendt.

No grupo afetado pela acumulação de desvantagens, as estatísticas comprovam o crescimento de homicídios no Brasil, com destaque para a população negra. De acordo com o Atlas da Violência, realizado pelo IPEA, o país atingiu em 2016 a marca de 30 homicídios por 100 mil habitantes. “Entre 2006 e 2016, 553 mil pessoas perderam suas vidas devido à violência intencional no Brasil.” (IPEA, 2018). O levantamento aponta o aumento da desigualdade de raça e cor nas mortes violentas no período analisado. “De todas as pessoas assassinadas no Brasil em 2016, 71,5% eram pretas ou pardas. Naquele mesmo ano, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (40,2 contra 16,0).” (IPEA, 2018). Embora os estudos apontem um decréscimo da taxa de homicídios em alguns estados, dentre eles o Rio de Janeiro, o fato é que a cultura da violência foi instituída como legitimadora da prática e tais estatísticas não geram mais do que uma repercussão midiática momentânea.

Neste ensaio será analisada a política de morte praticada pelo Estado, um fenômeno cuja representação social ultrapassa a esfera doméstica, põe em xeque a atuação da mídia tradicional e impõe o questionamento acerca da não mobilização da sociedade civil pelo fim do extermínio da população negra. Será abordada a subjugação da vida à morte e o que chamamos de semiótica aplicada do racismo, considerando as relações raciais e a construção de sentidos. Serão apresentados três pontos. O primeiro refere-se à prática de execução institucionalizada, como os 80 tiros disparados pelas forças do Exército contra o carro de Evaldo dos Santos Rosa, no dia 7 de março de 2019, no Rio de Janeiro. O segundo diz respeito aos aspectos conceituais da “Razão Negra” e da “Necropolítica”, trabalhados por Achille Mbembe. Já o terceiro discute o crescimento do racismo de Estado e a combinação com a mídia e o mercado, utilização do poder para reforçar a estrutura secular de discriminação e

a eliminação do sujeito indesejado, frente uma sociedade paralisada e a luta pela existência em pequenas esferas.

A desconstrução dos corpos negros

Historicamente, a raça foi construída pelo Ocidente para fins de dominação dos povos capturados. A experiência “[...] da escravidão negra, centrada especificamente na raça, não tinha comparação na história da humanidade. Ela também havia construído, mundialmente, todo um imaginário social específico desfavorável ao corpo negro, às feições do negro e às suas culturas.” (MOORE, 2010, p. 24).

Recortando para o Brasil, o fim do processo de escravização fez com que fosse investido ainda mais o processo de apagamento dos corpos negros. A estratégia, então foi a da miscigenação. Afinal de contas, após cerca de 300 anos de tráfico negreiro, havia na época da abolição da escravatura no Brasil cerca de 58% de “negros e pardos”, contra 32% de brancos declarados³, e tudo o que a estrutura de poder não queria era que o território fosse identificado como não branco.

É neste contexto que se tenta investir no Brasil na ideia de eugenia racial que, segundo o dicionário Michaelis, “defende o aprimoramento da espécie humana por meio de uma seleção tendo como base as leis genéticas”. Para cientistas, políticos e pensadores da época, a raça branca era biologicamente superior à negra e indígena, logo, era necessário pensar uma estratégia para embranquecer a população brasileira.

O século XIX leva ao extremo o desejo de diferenciação e de estabelecimento de hierarquias, ao adotar modelos explicativos assentados sobre o darwinismo social, o evolucionismo e o determinismo, que consideram a inferioridade dos não-brancos como uma característica biológica essencializada. (Lotierzo e Schwarcz, 2013: pg. 8)

Uma das ações na época foi incentivar a vinda de europeus para o Brasil, oferecendo terras, empregos entre outras facilidades com o objetivo de aumentar a quantidade de brancos em território nacional. A segunda estratégia foi incentivar a mestiçagem. Usando o quadro a Redenção de Cam, de Modesto Brocos (1895) como

³ Censo de 1872, único a registrar população escrava, está disponível. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/censo-de-1872-unico-registrar-populacao-escrava-esta-disponivel-7275328> Acesso em 04 de agosto de 2019

exemplo imagético, o objetivo era conseguir embranquecer a população em três gerações⁴.

A questão é que os métodos eugenistas utilizados não deram certo na prática, o que fez com que o Brasil virasse um país essencialmente mestiço⁵. Segundo o IBGE⁶, atualmente há no país 44,2% declaram-se brancos e 54,9%, negros e pardos. O problema, explica Kabengele Munanga, é que a construção psicológica e social desenvolvida através do discurso concomitantemente ao processo biológico perpetuou no “inconsciente coletivo brasileiro”, fazendo com que muitos quisessem realmente identificar-se mais com a população branca. “Esse ideal”, segundo o autor, “prejudica qualquer busca de identidade baseada na ‘negritude’ e na ‘mestiçagem’, já que todos sonham ingressar um dia na identidade branca, por julgarem superior” (1999: pg. 16).

Após o entendimento de que raça só havia uma, a humana, já não era possível dissociar racismo de raça, sob o ponto de vista social, por ter despertado no imaginário a ideia de inferioridade, desqualificação e inumanidade da pessoa negra. E que a miscigenação não deixou a população brasileira mais branca, nos deparamos com o terceiro movimento das estruturas de poder na direção de uma cultura branca europeia e americana: o extermínio da população não branca. É neste momento que nos deparamos com o conceito de semiótica do racismo, que consiste na imagem do corpo negro, disseminada como diferente, ameaça ou “inimigo”. Mais recentemente, na esfera pública política do Brasil, a significação aplicada a esse sujeito é de “bandido”, “ninguém” ou “alguém sem caráter”. É reproduzido enquanto perigoso - homem, mulher ou criança - e tornou-se inimigo apenas por ter nascido negro/a.

No primeiro ponto desse artigo, prática de execução institucionalizada, retornamos às estatísticas para observar que, empiricamente, o “trabalho” policial

⁴ “O texto sugere que o cientista estaria traduzindo a tela em termos do darwinismo social e imprimindo-lhe o conceito de “evolução” da espécie que, nesse caso, seria resultante de uma “seleção sexual”, a seu entender promotora do embranquecimento. A brancura, nesse contexto, era associada à ideia de perfectibilidade” (Lotierzo e Schwarcz, 2013: pg. 4)

⁵ “A mestiçagem, do ponto de vista populacionista, é um fenômeno universal ao qual as populações ou conjuntos de populações só escapam por períodos limitados. É concebida como uma troca ou um fluxo de genes de intensidade e duração variáveis entre populações mais ou menos contrastadas biologicamente. E entende-se por população um conjunto de indivíduos que se reproduzem habitualmente entre si; um conjunto definido biologicamente e não a priori”. (Munanga, 1999: pg. 17)

⁶ População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos> Acesso em 04 de agosto de 2019

envolvendo pessoas negras “progrediu” da prisão para a morte. Foi o que vimos no dia 7 de abril de 2019, com o assassinato de Evaldo dos Santos Rosa, de 51 anos, por militares do Exército. A força policial não parou o veículo para questionar o motorista, mas abriu fogo contra o carro que transportava a família – a mulher Luciana Nogueira, o sogro Sérgio Guimarães de Araújo, também baleado, o filho de sete anos e uma afilhada do casal, adolescente de 13 anos. Foram disparados nada menos do que 80 tiros. Evaldo, homem negro, trabalhador, músico morreu na hora. A família, que saiu de casa para ir a uma festa de chá de bebê, foi brutalmente interrompida. E os militares, ainda que suspeitando de algo errado, teriam agido da mesma forma, caso os ocupantes do veículo fossem brancos? Caso estivessem dirigindo por alguma rua dos bairros nobres da cidade?

Evaldo passava em frente ao quartel de Guadalupe, na Zona Norte do Rio, quando foi atingido. No início do tiroteio Luciana teria saído do veículo, com o filho, para mostrar que eram uma família, implorando aos policiais que parassem, que socorressem seu marido ferido, sem sucesso. Na tentativa de ajudar a família de Evaldo, o catador Luciano Macedo de 27 anos, também foi atingido. Após 11 dias lutando pela vida no hospital, Luciano morreu, deixando a mulher Daiana Horrara, grávida de cinco meses. O que motiva o Exército a descarregar 80 tiros de fuzil contra um único veículo em plena tarde de domingo? O que o faz “errar”? - essa foi a primeira justificativa pública. Teria sido a territorialidade? A suspeição de criminoso ao volante? A partir de quais critérios? No caso, não bastaria um tiro no pneu para fazer parar o veículo?

A reflexão acerca do caso leva a muitas dúvidas e refuta frontalmente a resposta do Ministro da Justiça ante a ação dos militares. Questionado, Sérgio Moro disse que “é algo que pode acontecer.” Esse discurso minimiza a violência do Estado, mas também provoca reação, porque disparar 80 tiros contra um veículo ocupado, inclusive, por criança, não é normal, não é natural, não é legal, mas sim denuncia um elevado nível de patologia da sociedade, que para além da violência real e simbólica, e da prisão enquanto morte social, trata-se de uma política de extermínio. Diante do caso, torna-se inevitável o questionamento acerca das normalidades jurídicas do país. Se o próprio ministro da Justiça apresenta a letalidade do Estado contra determinados grupos sociais como normal, tal postura evidencia a ruptura do regime democrático. Sabe-se que em momentos de crise, o governo pode suspender, temporariamente, os

direitos políticos ou civis (de todos), as liberdades garantidas pela Constituição, com a decretação do estado de emergência. Pelo menos, oficialmente, esse não é o caso do país - nas zonas de classe média, evidentemente.

Experiências de inumanidade

Dialogar com Mbembe, Césaire e outros autores ajuda na busca pela compreensão do caso. Para isso, faz-se necessário retornar aos conceitos supracitados, acrescentando o estado de exceção, que tem sido frequentemente discutido, como observa Mbembe (2018), em relação ao nazismo, ao totalitarismo e aos campos de concentração e por fim apresentar a “Razão Negra e a “Necropolítica”. O autor (2018) cita Hannah Arendt, para quem considera não haver paralelos à vida nos campos de concentração. Mbembe também traz Giorgio Agamben que afirma ser o campo “o lugar no qual se realizou a mais absoluta *condicio inhumana* que já se deu sobre a terra.” (AGAMBEN *apud* MBEMBE, 2018, p. 8). Há controvérsias, considerando a história da escravidão, a prática de morte no passado – embora se saiba que eliminar um escravizado representava perda financeira; e a prática do terror no presente – exclusão social, invisibilidade midiática, mercado e violência de Estado, que impõem silêncio, medo, dominação da alma, submissão e morte.

Mbembe (2018) relembra que nos campos de morte, seus ocupantes são desprovidos de estatuto político e reduzidos a seus corpos biológicos. Contudo, o autor questiona que “qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica.” (MBEMBE, 2018, p. 27). Ora, em meados do século XX a opressão, prisões e mortes surpreenderam e despertaram indignação na sociedade. Mas no início, observa Césaire (2004), as pessoas não acreditavam na barbárie do nazismo, achavam que logo iria passar, emudeceram. O autor ressalta que a barbaridade suprema, a que resume a cotidianidade das barbáries do nazismo é real, mas que as pessoas “antes de serem as suas vítimas foram cúmplices; que esse nazismo, que o toleraram antes de o sofrer, absolveram-no, fecharam-lhe os olhos, legitimaram-no, porque até aí só se tinha aplicado a povos não europeus; [...]” (CÉSAIRE, 2004, p. 13)⁷.

⁷ Versão original: “[...] qu’avant d’en être la victime, on en a été le complice; que ce nazisme-là, on l’a supporté avant de le subir, on l’a absous, on a fermé l’oeil là-dessus, on l’a légitimé, parce que, jusque-là, il ne s’était appliqué qu’a des peuples non européens; [...]” (CÉSAIRE, 1955-2004, p. 13).

Embora as fissuras do nazismo ainda estejam presentes, Césaire chama a atenção para a necessidade de se estudar o hitlerismo de forma profunda, a fim de “[...] revelar ao burguês muito distinto, muito humanista, muito cristão do século XX que ele traz em si um Hitler que se ignora, que Hitler *vive* nele, que Hitler é o seu *demônio*, que se ele o censura, é por falta de lógica”. (CÉSAIRE, 2004, p. 13)⁸. A atualidade do pensamento de Césaire está na realidade empírica do Brasil e na ampliação do número de “*Hitleres*”, atuando na narrativa e na prática contemporâneas, já sem nenhum disfarce. Os 80 tiros disparados contra Evaldo dos Santos Rosa confirmam a teoria do autor, quando diz que esse burguês, “[...] no fundo, o que não perdoa a Hitler não é o *crime em si*, o *crime contra o homem*, não é a *humilhação do homem em si*, é o crime contra o homem branco [...]” (CÉSAIRE, 2004, p. 13)⁹.

Césaire fala do processo de racialização, aplicado apenas contra a pessoa negra como o racismo de dominação. É o que Mbembe (2018a) chama de “Razão Negra”, ou seja, o uso de uma ferramenta cognitiva, construída e usada pelo ocidente para inferiorizar, subjugar, dominar o espírito, retirar a humanidade daqueles que até o início do processo da escravidão não eram negros, mas africanos de diferentes origens. A razão negra é definida como um conjunto de discursos e de práticas, ou seja, “um trabalho cotidiano que consistiu em inventar, contar, repetir e promover a variação de fórmulas, textos e rituais com o intuito de fazer surgir o negro enquanto sujeito racial e exterioridade selvagem, passível de desqualificação moral e de instrumentalização prática.” (MBEMBE, 2018a, p. 61). A constituição da razão negra conduz ao Necropoder e a Necropolítica, ambas imbricadas pela mesma potência de definir sobre vida e morte.

A Necropolítica, para o autor, é compreendida como a expressão máxima de soberania, “que reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais.” (MBEMBE, 2018, p. 5). Enquanto Mbembe trabalha o conceito de soberania como o exercício do controle sobre a

⁸ Versão original: “[...] révéler au très distingué, très humaniste, très chrétien bourgeois du XXe. siècle qu’il porte en lui un Hitler qui s’ignore, qu’Hitler l’*habite*, qu’Hitler est son *démon*, que s’il le vitupère, c’est par manque de logique [...]” (CÉSAIRE, 1955-2004, p. 14).

⁹ Versão original: “[...] et que au fond, ce qu’il ne pardonne pas à Hitler, ce n’est pas le *crime* en soi, le *crime contre l’homme*, ce n’est pas l’*humiliation de l’homme en soi*, c’est le crime contre l’homme blanc.” (CÉSAIRE, 1955-2004, p. 14).

mortalidade e definição da vida como a implantação e manifestação de poder, Foucault traz o conceito de biopoder, considerando o domínio sobre a vida e o estabelecimento de controle pelo poder. Ambos os autores refletem sobre a dimensão e os efeitos do poder contra os subalternizados sujeitos à aplicação da necropolítica e do biopoder.

A eloquência do racismo alimenta a razão negra e o necropoder e, nessa lógica, faz uso “legítimo” da expressão máxima da soberania, ou seja, da política de morte praticada pelo Estado. Presente e passado se misturam. Os discursos e as práticas cotidianas do século XXI fazem reaparecer o terror da época da escravidão em que o medo do escravizado, diz Mbembe (2018a) oscilava entre a benevolência do senhor e o castigo físico, ambos gerando pavor de morte. Nas duas épocas, as relações de poder não deixam espaço para respiração e o que se prenuncia é o aprofundamento da violência; morte para sustentar o desejo de dominação do corpo e do espírito. O que levou as forças do Exército a descarregar os fuzis contra o carro de Evaldo? Uma das possíveis respostas para a origem dos disparos é a cor da pele do motorista e dos ocupantes do veículo, tomada como marca do inimigo a ser eliminado, atualizando a cultura da violência.

Racismo combinado de Estado, mercado e mídia

É preciso revisitar o capitalismo, diz Mbembe, um sistema de distribuição desigual em nível planetário, chamado de “operador particular da racialização do mundo”. (MBEMBE, 2019)¹⁰. O autor ressalta que se faz necessário encontrar um elo para a análise de classe e raça e reconciliar esses dois aspectos. Do contrário, seremos todos negros racializados. É o que chama de “o devir-negro do mundo”, uma provocação para se refletir sobre a prática do mercado financeiro, que impõe a todos, cada vez mais, à submissão e insignificância, o papel de meros consumidores, sem vontade própria, sem decisão própria, sem autonomia. O autor aponta a era digital da neurocognição e neuroeconomia e nela “[...] vem se consolidando a ficção de um novo sujeito humano, ‘empreendedor de si mesmo’, moldável e convocado a se reconfigurar permanentemente em função dos artefatos que a época oferece. Esse novo homem,

¹⁰ “Le mot race” – Jornada de estudo organizada por Achille Mbembe e Eric Fassin, na Paris 8 Saint-Denis. 10/04/2019.

sujeito do mercado e da dívida vê-se a si mesmo como um mero produto do acaso.” (MBEMBE, 2018a, p. 16).

O terceiro ponto a ser discutido, o crescimento do racismo de Estado e a combinação com a mídia e o mercado retoma o exemplo de tolerância ao nazismo, o distanciamento inicial ao sistema e observa no caso brasileiro a mesma postura diante da necropolítica contra a população negra. Tal política está ancorada em três pontos: o Estado, o capital e a mídia. Enquanto o Estado e o mercado atuam, a mídia tradicional funciona para dar legitimidade à ação de ambos, como a morte real e simbólica. Mesmo quando noticia as mortes, na maioria das vezes o faz a partir do jornalismo de declaração, em que uma autoridade é ouvida em contraste com outra versão. As demais são ignoradas. É comum a vítima ser apenas um corpo, sem família, sem parentes e sem sociabilidade. Desse modo, a narrativa da construção de um inimigo perigoso, o corpo negro que precisa ser abatido, acaba sendo aceita por parte da sociedade.

O presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, ao ser questionado sobre a responsabilidade do estado, disse que “o Exército não matou ninguém”. Essa declaração não deixa dúvidas quanto ao cinismo da política de morte. “Preto não é ninguém” - foi o que disse a autoridade máxima do país, aquela que tem obrigação pública de proteger toda a população e de desenvolver políticas de cidadania. Contudo, desde a campanha já ficou evidente que políticas públicas e de segurança não eram valores seguidos por Bolsonaro. Pelo contrário, antes de ser eleito, a *licença para matar* ganhou corpo a partir da semiótica do racismo, dos discursos e gestos do então candidato, um verdadeiro incentivo à violência contra negros/as, homossexuais, mulheres e opositores. De lá para cá, muitos têm morrido, incluindo jovens negros, lideranças políticas e culturais – como o assassinato de mestre Moa do Katendê - e a oposição se encolhe, enquanto o presidente, em aliança com o governador do Estado do Rio¹¹ se sente livre para elevar sua política de morte à potência máxima.

Como se sabe, o racismo não é algo novo, apenas aflorou com Bolsonaro. A novidade está em abrir os armários, fazendo sair de dentro todo o descontentamento da elite brasileira, incomodada com os avanços dos subalternos. Perceber uma mudança de paradigma, a partir da inclusão de minorias, algumas transformadas em

¹¹ Ainda durante a campanha Wilson Witzel anunciou que pretendia contratar atiradores de elite para abater criminosos. A declaração de dar “tiro na cabecinha” gerou polêmica, provocando medo aos moradores de favelas e indignação.

forças hegemônicas, como Marielle Franco e Jean Wyllys, numa coexistência com a elite ficou insuportável. Para quem se pensa rica, como a classe média, as políticas públicas de inclusão do PT (Partido dos Trabalhadores), que colocaram estudantes negros nas universidades, estenderam direitos trabalhistas a empregadas domésticas - a maioria negra e explorada - e acolheram homossexuais no poder, tornaram-se uma ameaça. A fim de combater a existência de gays, lésbicas e negros/as, lidando com leis e orçamento na esfera do poder, surgiu uma nova narrativa, as *fake news*. O ex-deputado, Jean Wyllys, em palestra sobre a temática na EHESS¹² disse que “as *fake news* conseguiram interpelar o que há de pior em nós [...]. E o que há de pior de nós? O racismo. Foram 350 anos de escravidão. O racismo decorrente da escravidão nunca foi enfrentado de fato.” (WYLLYS, 2019).

Como o Estado não foi forte o suficiente para enfrentar o racismo face a ineficiência e insuficiência de medidas combativas, a população negra, em grande maioria, segue invisível, salvo pela luta pessoal e coletiva em pequenas esferas, cuja repercussão midiática inexistente. Se no passado o Estado ignorou esse segmento da sociedade, no presente, sob a legitimidade da mídia tradicional, pratica a Necropolítica. O *ethos* da política de morte tem três características: a imprevisibilidade do ato – os 80 tiros disparados contra Evaldo dos Santos e família (para eles, o local era seguro); a forma de ataque – por terra ou pelo ar; e a prática do terror – caveirão impondo toque de recolher ou helicópteros atirando do alto. O jornalista e ativista político Raull Santiago costuma afirmar que tem trauma da palavra paz. Ele nasceu na favela - Complexo do Alemão - e conta que cresceu ouvindo explicações da polícia para subir ao morro: “executar uma operação de paz”. Tal operação, diz o jornalista, resulta na dor da perda de mais um colega morto pelas forças policiais. “A violência não nasce na favela”, diz Santiago, é implantada. “O Estado dialoga com a gente nos observando a partir da mira de um fuzil de um policial.” (SANTIAGO, 2018).

Para Santiago, a força do racismo na favela atinge negros, nordestinos e pobres. O tráfico torna-se um detalhe. Tudo isso gera a necessidade do surgimento de grupos de resistências que atuem em defesa da territorialidade e da vida. Segundo o jornalista, há projetos construídos pelos próprios moradores, a fim de afastar o jovem da droga. Diz que a luta na favela é diária, sobretudo pela existência, apesar da

¹² EHESS – École des Hautes Études en Sciences Sociales. Palestra sobre *Fake News*, proferida por Jean Wyllys, no auditório da École para pesquisadores brasileiros e estrangeiros. (PARIS, 20/03/2019).

imagem negativa veiculada pela mídia. Contudo, e impulsionada pelo sofrimento, a luta dos sujeitos afetados denuncia a barbárie do século XXI pela necropolítica e o necropoder, cuja soberania traduz-se na decisão sobre vida e morte. “Essa nova era é o da mobilidade global. Uma das suas principais características é que as operações militares e o exercício do direito de matar já não constituem monopólio exclusivo dos Estados e o ‘exército regular’ já não é o único meio de executar essas funções.” (MBEMBE, 2018, p. 52).

Conclusão

A combinação racista do Estado com o mercado financeiro e com a mídia gera uma imagem social de não sujeito (indesejado, improdutivo, não consumidor e sem aparência), ancorada na narrativa semiótica do racismo, ou seja, apenas um corpo negro. Esses três elementos conseguiram restabelecer a morte social e a negação ontológica, presentes durante o período da escravidão, e impõe uma reflexão no campo das ciências sociais. Colocar o tema do racismo na agenda pública tornou-se urgente e uma obrigação social. O silêncio de parte da população, como no nazismo, denota cumplicidade e a cada palavra não dita, a cada protesto não feito, a cada comoção seletiva, é um disparo que se dá, logo se faz necessário romper com a imobilidade e assumir a responsabilidade social.

A questão que se coloca é por que a sociedade civil não enxerga a morte do Evaldo, da Cláudia, do Pedro, do Roberto, do Carlos Eduardo, do Cleiton, do Wilson, do Wesley¹³, do Marcos Vinicius, do Vitor e de tantos outros? O que se evidencia ante a impotência da mobilização é a opressão ou mesmo a falta de comprometimento com o combate ao genocídio. Contudo, a expectativa é de que o impacto da necropolítica e o sofrimento causado por essas práticas letais possam despertar a sociedade civil e fazer ressurgir organizações de enfrentamento, a fim de garantir a existência e justiça para todos.

Para concluir, reforçamos a atualidade do pensamento de Aimé Césaire, quando denunciava a sociedade francesa e sua prática violenta de colonização. Diz o autor: “Uma civilização que se revela incapaz de resolver os problemas que causa seu funcionamento é uma civilização decadente. Uma civilização que escolhe fechar os

¹³ Os cinco nomes citados até aqui eram jovens adolescentes e estavam comemorando o primeiro emprego de Roberto. Amigos de infância, moravam no complexo da Pedreira, em Costa Barros. Os jovens passaram juntos todo o dia 28 de novembro de 2015, mas a noite tiveram a vida interrompida por 111 tiros, disparados pela polícia. A sociedade não parou e a cena da brutalidade se repete três anos depois.

olhos a seus problemas os mais cruciais é uma civilização perigosa. Uma civilização que trapaceia com seus princípios é uma civilização moribunda.” (CESAIRE, 1955-2004, p. 7)¹⁴. O autor refere-se ironicamente à civilização dita “europeia”, “ocidental”, incapaz de resolver duplamente o problema social do proletário e o problema da opressão colonial do século XX.

Já o Brasil da imitação eurocêntrica¹⁵ foi incapaz de resolver o problema da escravidão e o problema da abolição, o racismo que se seguiu e o que se agrava na era tecnológica. Na República brasileira há disputa de narrativa, cuja semiótica do racismo domina, mata antes da morte física. Não sem resistência, é verdade, mas dos próprios grupos afetados. “Não nos calarão”, dizem as sementes de Marielle em manifestações mundo afora. Contudo, ainda não foi possível romper com o silêncio de grande parte da sociedade para exigir o fim da necropolítica. Por que o país não para diante da brutalidade contra grupos em desvantagens sociais? Por que não se assume uma responsabilidade coletiva pela vida? Arriscamos dizer que no imaginário, a ameaça é contra a população negra, logo contra o inimigo eleito. Mas, no futuro diante do processo crescente de dominação financeira e racialização, poderá ser contra todos, um grande “devir-negro do mundo,” como prognostica Mbembe. (2018a, p.11).

Artigo recebido em 10 out. 2019.

Aprovado para publicação em 28 nov. 2019.

Referências Bibliográficas

ATLAS DA VIOLÊNCIA - IPEA. *Brasil ultrapassa pela primeira vez a marca de 30 homicídios por 100 mil habitantes*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. 2018. Acesso em: 10/05/2019.

¹⁴ Versão original: “Une civilisation qui s’avère incapable de résoudre les problèmes que suscite son fonctionnement est une civilisation décadente. Une civilisation qui choisit de fermer les yeux à ses problèmes le plus cruciaux est une civilisation atteinte. Une civilisation qui ruse avec ses principes est une civilisation moribonde.” (CÉSAIRE, 1955-2004, p. 7).

¹⁵ Embora, historicamente, o Brasil imite a França em diversos segmentos (francês como a língua mais falada até o início do século XX, salões de festas das elites do século XIX, arquitetura, moda, revista “Ba-ta-clan, Chinoiserie franco-brésilienne”, 1867-1871, escrita em francês), o curioso é que ignora o que há de mais rico no país, a cultura das bibliotecas. São mais de 16 mil bibliotecas públicas instaladas na França. Em cada bairro há uma ou mais bibliotecas, abertas ao público. São bibliotecas municipais, as grandes bibliotecas de documentação de pesquisa, as das universidades, das escolas, além de outras, como as de presídios, hospitais, empresas, zonas rurais, etc.

CÉSAIRE, Aimé. *Discours sur le colonialisme suivi de Discours sur la Négritude*. Paris: Éditions Présence Africaine, 1955 et 2004.

LOTIERZO, Tatiana H. P. e SCHWARCZ, Lilia K. M. Raça, gênero e projeto branqueador: “a redenção de Cam”, de modesto brocos. in Número 5. (c) Artelogie, n° 5, Outubro 2013. URL: <http://cral.in2p3.fr/artelogie/spip.php?article254>

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

_____. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018a.

MBEMBE, Achille et FASSIN, Eric (Orgs). *Le mot race : Journée d'études*, Paris 8 Saint-Denis: 10/04/2019.

MISSE, Michel. *Violência e teoria social*. Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social – Vol.9 – n.1 – Jan-Abr. 2016, pp. 45-63.

MOORE, Carlos. Negro sou, Negro ficarei. A Negritude segundo Aimé Césaire. Prefácio. In: CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre a Negritude*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999

SANTIAGO, Raull. *Simulação de entrevista coletiva para alunos do Laboratório de Comunicação Crítica na ECO/UFRJ*. Rio de Janeiro: LECC-UFRJ, 26/01/2018.

WYLLYS, Jean. *Palestra sobre Fake news*. EHESS – École des hautes études en sciences sociales. Paris: 20/03/2019.